

31 MAR 1987

ANC 88
Paste 26 a 31
março/87
112

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel. 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1949)

Editor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Táctico Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O PMDB é governo na alegria e na dor

Durante esses mais de dois anos de vigência da Nova República, o PMDB tem-se comportado de uma maneira perigosamente ambígua: nomeia ministros e funcionários dos altos escalões da administração federal, usufrui das delícias de sua situação de partido governista mas, ao mesmo tempo, age como se ainda estivesse na oposição todas as vezes que esta postura pode render para ele simpatias populares. O PMDB pratica um "situacionismo envergonhado": quando o governo vai bem, ele está com o governo; quando as coisas vão mal, finge que não tem nada com isso.

Por isso, a responsabilidade por grande parte da crise em que o Brasil está engolfado pode ser debitada ao PMDB. Em uma democracia, o governo não é, nem pode ser, uma entidade isolada, solta, sem pontos de apoio e sustentação. É preciso que haja uma interação entre o governo legalmente constituído e as forças políticas responsáveis por sua ascensão ao poder. Sem este entendimento, só duas coisas podem acontecer: ou o governo busca sustentação em outras forças (que podem ser as tradicionais forças políticas reunidas nos partidos ou então outras forças) ou simplesmente entra num estado de perplexidade e paralisação.

É esta segunda hipótese que estamos experimentando no momento, quando o presidente Sarney, por falta de amparo do partido responsável por sua eleição, não tem condições de executar a política econômica que a situação brasileira exigia desde o início da Nova República. A palavra de ordem que marcaria esta política — "proibido gastar" — lançada por Tancredo Neves e lida por Sarney na primeira reunião ministerial ainda como presidente-interino, foi abandonada no momento mesmo em que foi pronunciada. Por pressões de um grupo político que, depois de vinte anos longe dos gabinetes, chegava ao poder com uma voracidade assustadora.

Nunca foi possível implementar uma ação séria de controle dos gastos públicos porque o PMDB não deixou. Na raiz dessas pressões está a explicação para o fracasso do Plano Cruzado, o original, preparado pelos professores da PUC-Rio e que nunca chegou a sair do papel. Uma contenção dos gastos do governo era vital para o sucesso do plano, para segurar a inflação em níveis civilizados depois que o congelamento de preços — temporário, como todos haviam prometido na época — tivesse eliminado os componentes inertiais do processo inflacionário. O governo não só continuou gastando mais do que tinha só para garantir o sucesso eleitoral do PMDB, como foi impelido a manter o congelamento de preços por um tempo infinitamente superior ao indicado pelos técnicos responsáveis pelo plano e ao que exigiam a teoria econômica e o simples bom senso.

Depois de conseguir o que queria — a vitória eleitoral de novembro passado —, com a economia nacional arrasada, parte do PMDB, assustada com a impopularidade a que foi arrastado o governo, quer que o partido abandone o barco. Espiroquetas peemedebistas de várias facções, tendo como um de seus porta-vozes, por incrível que pareça, o ex-senador bônico Afonso Camargo Neto agora travestido de líder radical, querem que o PMDB rompa com o presidente Sarney. Alegando, exatamente, que não podem concordar com esta política econômica que está sendo colocada em prática, ou melhor, com a falta de uma política econômica.

Ora, a proposta é de um cíntimo sem medidas. Aginal, tudo o que foi feito (e o que deixou de ser feito) desde que o presidente Figueiredo saiu do Palácio do Planalto pela porta dos fundos é de inteira responsabilidade do PMDB. Não nos devemos esquecer, por exemplo, que os primeiros meses da Nova República foram consumidos pelo dr. Ulysses Guimarães e seus liderados no bombardeamento do trabalho do ex-ministro Francisco Dornelles, considerado não confiável pelo partido. Dornelles era o símbolo da austeridade governamental que o PMDB execrava. Do congelamento aos desarranjos na agricultura, da dilapidação das reservas externas à humilhação da moratória, quem pode dar conta é o PMDB. A política econômica da Nova República nada mais é do que a política econômica do PMDB, inscrita no programa do partido. São as propostas dos sr. João Manoel Cardoso de Mello e Luís Gonzaga Belluzzo, assessores de Funaro mas liderados de Ulysses e produtos de curso de madureza da embocada Conceição, que estão sendo executadas.

Pelismente, algumas lideranças mais responsáveis do PMDB estão se levantando contra a pretensão das vampiras da política brasileira, que, depois de sugarem até a última gota de sangue da vítima (no caso o governo), querem deixar o que restou para o repasto dos outros. O senador Mário Covas, eleito recentemente para a liderança da legenda na Constituinte contra a vedete da cúpula partidária, lembra que o PMDB tem responsabilidades para com o governo Sarney e não pode fugir delas. O senador Fernando Henrique Cardoso é, contudo, na condenação desses movimentos "paradistas". Para ele, o PMDB não pode jogar a culpa, que muitas vezes é sua, sobre o governo, principalmente no que diz respeito à falta de rumos. Diz o senador Cardoso, com toda a razão, que seu partido precisa saber o que quer e deve assumir a responsabilidade de ser governo. "Não pode dizer: então, eu não sou mais."

Não há outra saída para o PMDB se ele ainda quiser salvar um pouco daquela imagem que construiu durante os anos em que esteve na linha de frente da luta contra o regime autoritário. O PMDB deve assumir perante a sociedade as responsabilidades que tem, não só pelo governo que está instalado em Brasília, mas, sobretudo, pela atual situação crítica a que foi levada a economia brasileira. O partido precisa sentir o gosto da impopularidade e enfrentar os descontentamentos da sociedade para aprender de vez que não se pode administrar um país sem muito sacrifício, muita dedicação, muita responsabilidade e uma boa dose de competência.

Estranha também, neste momento, é a posição do PFL. Os ex-dissidentes do PDS estão numa posição secundária no governo, seus ministros não participam das decisões mais cruciais (delas ficam sabendo apenas os jornais ou quando tudo já está sacramentado), o PFL, além de esperinhá-los, lhes tira todos os espaços na Constituinte e no Congresso e, mesmo assim, eles insistem em permanecer atrelados a uma fictícia Aliança Democrática. Aproveitando a disposição manifestada por lideranças peemedebistas de tirar do governo Sarney um governo do PMDB, chegou a hora de o PFL seguir uma outra direção, acabando de vez com esta farra que está montada em torno dos dois partidos. PFL

e PMDB têm objetivos de longo prazo completamente antagônicos e não dá para se conceber um governo com uma política minimamente coerente se tiver que agradar aos dois lados.

A democracia brasileira só teria a ganhar com esta separação. Não só porque a sociedade brasileira teria uma ideia clara de quem é o governo e quais as diretrizes que ele seguirá, eliminando as mentiras com as que proporcionaram a vitória do PMDB em novembro, como o governo ganhará uma oposição responsável e consequente, pressuposto básico para o funcionamento de qualquer regime democrático.